

Aportes teóricos e metodológicos decoloniais: o caso da disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”

Decolonial theoretical and methodological contributions : the case of the discipline “Contemporary Black Thought”.

Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos,
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira os Santos,
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

RESUMO O artigo objetiva apresentar a experiência teórico-metodológica da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, ofertada no âmbito do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília cujo objetivo é valorizar e revisitar os saberes de pensadores (as) negros (as) na academia e fora dela. Essa experiência apresenta-se como uma verdadeira artesanaria prática de valorização da pluralidade e da geopolítica de saberes produzidos no Sul. O artigo articula produções resultantes da disciplina como um estudo de caso, e coteja exemplos das mesmas para aprofundamento empírico da análise. Conclui que, ao trabalhar com epistemologias inclusivas e reveladoras da pluralidade de saberes da Maioria Minorizada, proporciona-se uma maior inserção e facilitação do acesso ao saber plural dos discentes envolvidos no projeto, eliminando a exclusão acadêmica por não se reconhecerem nas abordagens lineares e verticalizadas das pedagogias conservadoras.

PALAVRAS- CHAVE: Maioria Minorizada, Ecologia de Saberes, Pensamento Negro Contemporâneo, Extensão.

ABSTRACT The article aims to present the theoretical and methodological experience of the subject Contemporary Black Thought, offered within the scope of the Dean of Extension of the University of Brasília, whose objective is to value and revise the knowledge of black thinkers in and outside academia. This experience presents itself as a true practical craftsmanship of valorization of the plurality and geopolitics of knowledge produced in the South. The article articulates productions resulting from the discipline as a case study, and matches examples of them for empirical deepening of the analysis. It concludes that in working with inclusive and revealing epistemologies of the plurality of knowledge of the Minorified Majority, there is a greater inclusion and facilitation of the access to the plural knowledge of the students involved in the project, eliminating the academic exclusion because they do not recognize themselves in the linear and vertical approaches of the conservative pedagogies.

KEYWORDS: Majority Minorized, Ecology of Knowledge, Contemporary Black Thought, Extension.

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar a experiência pedagógica da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, ofertada no âmbito do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, cujo objetivo é valorizar e revisitar os saberes de pensadores (as) negros (as) na academia e fora dela. Essa experiência apresenta-se como uma verdadeira artesanaria prática de valorização da pluralidade e da geopolítica de saberes produzidos no Sul.

Pensar a ação pedagógica inclusiva e plural na universidade brasileira é uma missão nada fácil quando se abstrai sobre o processo de alfabetização proporcionado pelo Estado nacional desde sua conformação republicana. Assim sendo, com a entrada neste século XXI de jovens e adultos de raízes indígenas e africanas no âmbito universitário, representantes da Maioria Minorizada (SANTOS, 2017), esta missão se potencializa em razão da obrigação da universidade proporcionar aos alunos em geral e aos negros e indígenas, em particular, uma matriz educacional que contemplem realidades e abordagens próximas da vivida por estes discentes e autores (as), pensadores (as), a qual dialoguem identitariamente com estes estudantes, proporcionando imaginários e abordagens inclusivas e relacionadas com suas vivências plurais.

O artigo articula produções resultantes da disciplina como um estudo de caso, e coteja exemplos das mesmas para aprofundamento empírico da análise. Pretendemos compreender um fenômeno social e refletir criticamente sobre o mesmo. Nesse sentido, a investigação pode ser caracterizada como de natureza qualitativa de caráter explicativo.

O artigo está organizado em três capítulos. O primeiro localiza os fundamentos teóricos da disciplina. Na argumentação teórica sobre a emergência de disciplinas sobre o pensamento negro contemporâneo do presente artigo destacamos o significado da obra de Sueli Carneiro – que em sua tese doutoral intitulada *A construção do outro como não ser como fundamento do ser* analisou a educação como campo de reprodução do epistemicídio racial –, colocando-a em diálogo com as obras de Boaventura de Sousa Santos, Bell Hooks e Cornel West. O segundo delimita o escopo da disciplina, apresentando seus objetivos e a sua ementa. O terceiro traz à colação artigos produzidos pelos discentes do primeiro semestre de 2017 demonstrando uma ecologia de saberes produzidos por esses alunos de forma alinhada com os textos debatidos em sala de aula.

Por fim, à modo de conclusão, consideramos que, ao trabalhar com epistemologias inclusivas e reveladoras da pluralidade de saberes da Maioria Minorizada, proporciona-se uma maior inclusão e facilitação do acesso ao saber plural dos discentes envolvidos no projeto, eliminando a exclusão acadêmica por não se reconhecerem nas abordagens lineares e verticalizadas das pedagógicas conservadoras.

A emergência de disciplinas sobre o pensamento negro contemporâneo

Para o paradigma moderno eurocêntrico, a ciência é uma prática social específica e privilegiada porque produz a única forma de conhecimento válida. Boaventura de Sousa Santos sustenta em suas obras sobre a ciência pós-moderna (SANTOS, 2001, p. 328) que não há uma única forma de conhecimento válido, antes há muitas formas, tantas quantas as práticas sociais que as geram e as sustentam. Não reconhecer essas formas de conhecimento implica em deslegitimar essas mesmas práticas e promover a exclusão social de quem as promove e, nesse sentido, denuncia e situa que o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio:

Eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Santos, 2001, p. 328).

No que concerne à questão racial, Sueli Carneiro ressalta que a este subjaz a desqualificação individual e coletiva do negro como sujeito cognoscente e, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado e, por isso, fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a sua capacidade de aprender (CARNEIRO, 2005, p. 97). Aduz a filósofa:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Para a autora, o epistemicídio se materializa por meio de inúmeras ações que se articulam e se retroalimentam, estabelecendo-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do discente negro. A exclusão racial por meio do controle do acesso e permanência no sistema de educação manifesta-se de forma que, a cada momento de democratização do

acesso à educação, o dispositivo de racialidade se rearticula e produz deslocamentos que mantêm a exclusão racial.

Carneiro, mobilizando as categorias de poder de Michel Foucault, sublinha que o epistemicídio como um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais do sujeito negro, constitui uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, é um elo que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações.

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização no contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala” (CARNEIRO, 2005, p. 99).

Para Carneiro (2005), a educação sempre foi um elemento estratégico e fundamental dentro da arquitetura do dispositivo de racialidade. A forma pela qual as políticas de acesso e distribuição das oportunidades educacionais se deram, leva à dedução de que, intencionalmente, visavam assegurar padrões sociais hierárquicos ditados pelo dispositivo de racialidade.

Ao longo da vida escolar, o e a jovem negro (a) é assombrado por estigmas e estereótipos que na vida acadêmica universitária, longe de serem superados, ressurgem como conflito de racialidade versus saber e poder. Segundo Carneiro (2005), é nessa esfera que esses conflitos alcançam a arena privilegiada em que se constroem, reconstróem e são postas em questão, ou reafirmadas, as possibilidades do negro (a) frente ao conhecimento erudito e das implicações em termos de saber e poder que elas envolvem. Aí a branquitude do saber, a profecia auto realizadora, a autoridade exclusiva da fala do branco, são os fantasmas que têm de ser enfrentados sem mediações.

A consequência de um epistemicídio racializado ao longo dessa trajetória escolar, muitas vezes, quando alcança o ensino universitário, leva os jovens negros e as jovens negras a produzirem um processo cumulativo de inseguranças e levam a assumirem uma postura defensiva anti-intelectual, que tem efeitos paralisantes sobre o progresso acadêmico dos negros.

Bell Hooks (1995) assinala nesse contexto a função estratégica que o trabalho intelectual desempenha no rompimento com os vaticínios que excluem os negros da atividade intelectual. Segundo ela, “(...) o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes” (HOOKS, 1995, p. 465).

Nesse contexto que se inscreve a emergência de disciplinas sobre o pensamento negro contemporâneo. Com efeito, a disciplina se insere em um projeto de constituição de espaços institucionais próprios que possam referenciar e apoiar a trajetória das pessoas negras na universidade. Ao lado disso, a disciplina pode ser o embrião de um projeto mais amplo do que Cornel West (1987) e Bell Hooks (1995) denominam como fuga de dispositivo e dos mecanismos desqualificadores dos sujeitos negros que na estrutura mais ampla da universidade são minimizados.

Conforme West (1987), nesses espaços podem emergir sujeitos e saberes subalternizados como elementos portadores de uma forma específica de insurgência intelectual capaz de promover a crítica e o deslocamento dos discursos hegemônicos que reiteram poderes e saberes consolidados e as sujeições por eles produzidos.

A experiência da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo do ano letivo de 2017 teve como objetivo trazer à superfície a produção intelectual de negros e negras, dentro e fora da academia dando centralidade a esse apagamento intelectual, que por sua vez, irá fortalecer a capacidade intelectual e dar ímpeto ao progresso acadêmico de negros e negras na universidade e à sua própria produção intelectual.

A formação de pesquisadores negros e negras nos cânones não tradicionais acadêmicos tem por finalidade descolonizar essas estruturas de conhecimento e implica em construir diversidade epistêmica para o cânone acadêmico a fim de criar uma pluriversidade de significados e conceitos onde um diálogo intepistêmico, entre várias tradições epistêmicas, produzem novas redefinições de velhos conceitos e cria novos conceitos pluriversais, no sentido de Grosfoguel (2013).

A disciplina pensamento negro contemporâneo

A disciplina Pensamento Negro Contemporâneo é ofertada semestralmente pelo Decanato de Extensão para os discentes de todos os cursos de graduação da Universidade de Brasília.

O plano de ensino e aprendizagem da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, para os dois semestres de 2017, contemplou uma visita a autores brasileiros e estrangeiros, mobilizou pensadores, teóricos e ativistas do Sul Global e do Norte Global, obras clássicas e contemporâneas por meio dos quais foram e permanecem sendo projetados retratos e imagens do vasto e complexo conjunto de experiências constitutivas do chamado Pensamento Negro Contemporâneo.

Pretendeu-se abordar olhares “de dentro”, apreciando-os em suas especificidades, mas também questionando-os com vistas à identificação de eventuais pontos de convergência e divergência. O recorte temporal adotado foi amplo, de modo a permitir a percepção das inúmeras narrativas, modalidades discursivas e quadros de referência epistemológica através dos quais a “experiência brasileira” tem sido codificada e construída. Foram contempladas obras-chave do chamado Pensamento Negro Brasileiro, construídas pelas mãos de nossos mais celebrados intérpretes clássicos e contemporâneos.

Ao facilitarmos como docentes a referida disciplina nos dois semestres do ano de 2017 procuramos aplicar estes apreendidos anticoloniais no espaço de sala, sempre analisando a recepção dos estudantes para tal abordagem que se revestia em pluralidade de gênero entre os autores, incentivo à crítica e desconstrução das abordagens e, por final, desenvolvimento de artigos críticos e analíticos da realidade do Distrito Federal, apontando caminhos e soluções a serem desenvolvidas para melhora de dita realidade, sempre com o referencial teórico-metodológico de autores (as) vistos na disciplina.

A construção deste processo e o estudo de caso proporcionado estiveram ancorados nas perspectivas pedagógicas críticas de autores que, desde meados do século XX, buscam desconstruir a imposição de instrumentos teóricos metodológicos eurocêntricos na abordagem da realidade social dos países do Sul.

À título de ilustração, mobilizamos Ramos (1996) e a proposta de redução sociológica; Moura (1988) com a crítica aos instrumentais teóricos importados para a análise da realidade da situação das populações negras no Brasil; Santos (2011; 2010; 2010b) com a proposta de utilização dos saberes plurais para a compreensão do espaço sócio epistemológico e Mbembe (2017; 2014) na percepção da realocação do papel do sujeito africano e afrodescendente no mundo neoliberal, globalizado e contemporâneo. Todos foram de primordial importância para a constituição desta proposta pedagógica e de sua avaliação. Autoras como Carneiro (2003), Gonzáles (1988; 1984) e Hooks (1995), constituíram base fundamental para a abordagem crítica de gênero e na percepção sobre as abordagens femininas na produção do saber nas ciências sociais.

Assim que, ao prepararmos o plano de ensino da disciplina, propusemos uma relação ativa de produção e conexão dos saberes dos alunos inscritos, com aulas interativas, utilizando insumos como vídeos e palestrantes convidados em acordo com o tema abordado, e estimulando os discentes a conectarem as teorias e experiências apresentadas em forma de textos, áudios, vídeos e exposições presenciais com a sua realidade de vida, experiências próprias em relação ao seu ambiente de origem, com abordagens interculturais e interdisciplinares, como propõe o quadro metodológico da Ecologia de Saberes.

Destas constituições interativas e ativas em sala, e com a apresentação de seminários e comentários de textos apresentados que foi se construindo o trabalho final da disciplina, que consistiu em construção de um artigo com tema relacionado com a graduação e experiência extramuros acadêmicos dos discentes, mas que interferisse crítica e positivamente em algum ponto da realidade vivida em seu bairro, comunidade ou aldeia. Deste construto intelectual, com a valorização dos saberes diversos, ancorados na realidade das populações negras urbanas e tradicionais que resultou a menção final da disciplina, e para, além disso, os saberes apresentados nos artigos que ora selecionamos alguns como ilustração da narrativa.

Ecologia dos saberes do PNC

O trabalho de abordagem com os discentes desde o complexo teórico-metodológico ilustrado vincula-se ao preconizado por Pedro Demo (2011), para quem nenhuma

abordagem isolada, de caráter disciplinar pode dar conta da complexidade que encontramos na construção de conhecimento significativo para as sociedades atuais.

Ao fato social que foi o espaço geográfico do Distrito Federal e suas mutilações, conforme Milton Santos (1997), somou-se à preocupação do debate sobre as formas de relações sociais e ambientais vividas no espaço central e seu entorno descentralizado. Assim, o salto fundamental proporcionado pela disciplina junto aos discentes foi trazer não apenas conteúdos de uma cultura antes colocada fora do currículo, como as matrizes de pensamento dos povos negros pelo mundo, mas, também, transformar abordagens, métodos e sujeitos como nós, professores reconhecidos como promotores do saber e da razão, como aprendizes nesta interação e reconhecendo, valorizando, os conhecimentos e culturas trazidas pelos discentes como detentoras de procedimentos, experiências e saberes que podem modificar profundamente nossas formas de compreender o processo educacional.

Com discentes oriundos de uma pluralidade de identidades e departamentos, observamos a variedade de temas abordados e proposições de intervenções locais para a melhoria da situação tratada, caso de Amanda Soares Costa que se propôs a aprofundar os estudos sobre os negros no campo da museologia, partindo da denúncia do silenciamento da história e genocídio do povo negro no Brasil desde a colonização para analisar como esses fatores refletiram na forma com que a museologia e os museus do Brasil e do Distrito Federal abordam ou deixam de abordar a história, cultura e tradições afrodescendentes brasileiras.

A autora apresentou uma reflexão sobre o papel fundamental dos museus para a reafirmação da história do negro brasileiro, questiona como isso vem sendo feito e propõe reflexão sobre a nova museologia como caminho para a mudança dessa realidade. Entre outras abordagens conclusivas, aponta que é preciso que o campo da museologia reconheça o poder do museu, que trabalha diretamente com a informação e por isso tem responsabilidade por uma formação crítica, principalmente nos cursos de museologia do país. Conclui que o Distrito Federal é reflexo da forma como a abordagem museológica foi feita em nosso país, que a resistência negra está presente em todo o Brasil, mas sua história não está sendo contada nos museus.

De modo outro, Amanda retoma o debate sobre a invisibilidade do ser, coadunando com Fanon (2008) e adentrando a sociologia das ausências de que trata Boaventura Sousa Santos (2010). Estas ausências e invisibilidades, estes Sujeitos Desidentificados (SANTOS, 2014) é que têm seus corpos permitidos à violência e a negação, como abordam Ruan Ítalo de Araújo com “A marginalização da população negra e parda no processo de consolidação do Distrito Federal” e Lara Lisboa Farias em “O genocídio da população negra no DF: Uma análise sobre as estatísticas”.

O discente Ítalo segue para uma perspectiva crítica do espaço geográfico para analisar como a marginalização da população negra aconteceu no processo de urbanização da capital brasileira, e relaciona a presença e a ausência dos elementos fixos na Região Administrativa de Samambaia em comparação às áreas privilegiadas da cidade, onde os fixos serão entendidos como os equipamentos públicos que garantem

direito à educação, saúde, trabalho formal, cultura e segurança. A discente Lara traz os resultados desta ausência de equipamentos sociais públicos como fruto da marginalização e genocídio do negro no Distrito Federal.

Resultados associados a estas ausências, corpos permitidos à violência e políticas de branquitude por parte do Estado será visto no trabalho de Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle, que demonstra, em pesquisa de campo, como as prisões brasileiras, em sua aparente ineficácia, cumprem muito bem o objetivo oculto de genocídio do povo negro brasileiro (NASCIMENTO, 1978), entendido como a morte física, simbólica e epistemológica do negro. Isto se dá, entre outras, através do encarceramento em massa, das condições indignas, do abuso de poder nas prisões e da estigmatização do detento. A partir desta análise, traz ainda, ilustração do papel ativo das mulheres negras na luta contra o genocídio e pela melhoria das condições de vida nas prisões. Para tanto, demonstra como a Associação Humanizando Presídios do Distrito Federal (Ahup DF), criada e gerida por familiares de detentos, tem atuado no Distrito Federal e como as mulheres são as principais protagonistas desta luta. Uma luta antirracista, por igualdade e cidadania, aponta a pesquisadora.

Desta perspectiva trazida acima pelos colegas, Wendy Silva de Andrade tratará da “irresponsabilidade” do Estado frente às populações do chamado entorno de Brasília no texto “A negra do entorno: o Estado se sente responsável?”. A cientista política aborda a situação do Entorno, especificamente da Área Metropolitana de Brasília (AMB), região menos desenvolvida com relação ao Distrito Federal, com altos índices de violência, com maior taxa de incidência sobre a população jovem e negra, e com maior relação de integração social e econômica com o Distrito Federal.

Esta situação que se revela exclusiva e excludente no trabalho de Wendy é mais especificamente visualizada nas contribuições e análises da área da saúde proporcionadas nos artigos de Lucília Fraissat Santana e Verônica de Melo que conjuntamente produziram dados sobre a “Saúde da população negra”, tema que dá nome a seu artigo e aponta que a exploração e a desigualdade têm marcas profundas na história brasileira e este quadro é claramente percebido no que tange a saúde e ao seu acesso. Mesmo com a criação do Sistema Único de Saúde, SUS, a população negra ainda é a população com maior vulnerabilidade em saúde. Para mudar tal realidade, dizem elas, a saúde precisa ser discutida em sua perspectiva de raça\cor\etnia. As particularidades da população negra devem ser estudadas, implantadas e valorizadas na assistência em saúde.

Nesta perspectiva de abordagem e valorização da Ecologia de Saberes na área médica, Jheimyson Rêgo Barnabé afirmará, já no título de sua produção, que “Racismo faz mal a saúde”, coadunando com suas colegas com dados e percepções práticas, obtidas em momento de estágio hospitalar, que apesar de algumas ações do governo brasileiro em seu período progressista, os dados mostram que o sistema público (e privado) de saúde continua a discriminar a população negra e reforça a emergência com qual o tema deve ser tratado. Diante dessa conjuntura de enfrentamento ao racismo, vem à tona uma questão cotidiana: o racismo institucional. Fato é que o racismo institu-

cional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar as discriminações raciais de forma a diferenciar atendimentos e tratamentos, dependendo da cor e raça do (a) paciente, espelhando as relações raciais da sociedade na organização e nas ações do Estado.

De outra perspectiva, mas, também contribuindo para a reconfiguração da abordagem da história e do pensar o negro no Brasil, Gilvando Lopes Siqueira irá pensar o embranquecimento oficial do negro no Distrito Federal. O autor promove um olhar crítico aos dados populacionais oficiais na região e problematiza sua abordagem. Com seu trabalho intelectual, estimula a reflexão do contexto ao qual está inserida a população negra do Distrito Federal e apresenta a evolução social, o espaço que ocupa na sociedade diante do racismo e das formas que se valem para serem aceitos em um espaço de domínio branco. Para viabilizar o estudo, analisou os resultados de pesquisas socioeconômicas por amostragem de domicílios, realizadas ao longo do período de 2004 a 2016, desenvolvidas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN sob o enfoque de promover a caracterização social do negro e relacionou a evolução demográfica com uma possível descaracterização de sua identidade e autoafirmação. Os resultados sugerem que a concepção da identidade negra vem perdendo sua “tonalidade” e características para que esses sujeitos possam ser acolhidos como semelhantes da branquitude. Neste sentido, se verifica a necessidade da construção de espaços capazes de fomentar o debate racial e a afirmação da igualdade de direitos e acesso à população negra.

Coadunando com a proposta de Siqueira, Barbara Barreto Gomes aborda sua descoberta enquanto negra e reflete sobre as consequências do racismo na formação psicológica do ser. A autora narra suas experiências pessoais na construção e reconhecimento da identidade negra, tendo Brasília e sua universidade pública como cenário e fator desencadeante dessa descoberta. Neste relato de si, expõe as consequências do racismo mascarado a partir de sua própria história, assim como ensaja a empatia para que mais pessoas compartilhem suas vivências. Dentre suas conclusões, percebe que a invisibilidade do racismo acaba por mascarar as dores e consequências geradas por essa mórbida prática. Sua existência baseia-se na busca de um ideal branco jamais alcançável pelo negro. Sua história se junta a milhares de outras histórias de pessoas que conseguiram enxergar para além do senso comum. Afirma que o meio universitário deve ser um dos maiores aliados na luta contra a hegemonia branca, uma vez que, discussões, publicações acadêmicas e eventos educacionais podem impactar seus destinatários e fazerem-nos despertarem a uma consciência crítica sobre a realidade que o cerca, permitindo enxergar as verdadeiras facetas da dominação branca.

No diálogo com Barbara e associado a pensadores como Quijano (2000), Fanon (2008; 1968), Cardoso (2010) e Santos (2017), contribuindo na desconstrução da hegemonia racial branca e apontando caminhos emancipatórios do “EU”, Diego Caetano cujo título aduz a sua identidade religiosa “Racismo religioso e a demonização de Exú”, discorre sobre a marginalização da religião brasileira de matriz africana, o candomblé,

e também sobre o racismo religioso posto na demonização do orixá Esú, pertencente a esta religião. Percepções contra hegemônicas sobre identidades e culturas negras no Brasil são possíveis de serem notadas nos textos de Barbara e de Diego.

O resultado destas referências trazidas em sala de aula, e incentivo ao registro dos saberes e percepções críticas na academia e fora dela encontraremos em Thaísa Silva Fonseca, com “Negros na academia: a importância da presença do negro na Universidade de Brasília” e com Tayane Nunes Gomes em “O silenciamento nas produções acadêmicas sobre as relações raciais no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (PPG-PSTO/UnB)”. Fonseca muito bem aponta o protagonismo da UNB na adoção de cotas e de propostas inclusivas para negros e indígenas, onde em seu artigo reflete sobre a importância da presença de indivíduos negros no ambiente acadêmico e o seu protagonismo para a mudança acerca das visões reducionistas da imagem do negro. Partindo do pressuposto de que a universidade é um espaço privilegiado onde se proporciona o desenvolvimento de um pensamento crítico diante da realidade social e capacita o sujeito a realizar transformações seja no âmbito do político, econômico ou cultural.

É deste mesmo espaço marcado pelas contradições que a discente Nunes mostrará onde dorme a invisibilidade e o silenciamento do negro nas produções acadêmicas de seu departamento. Concluirá que a ausência de estudos sobre este tema no âmbito da psicologia é algo sintomático, pois representa o lugar de origem de uma ciência branca que é normalizadora. Uma vez que o racismo e a negritude são processos centrais na estruturação da personalidade e que constituem vias privilegiadas de subjetivação na população brasileira, fomenta-se a importância de que este tema seja de fato revisado pela ciência psicológica, em suas múltiplas áreas. É necessário que as relações raciais sejam foco de estudo e pesquisa nesta área, que a psicologia aborde negritude e branquitude, afim de que se tenha um ponto de apoio acadêmico no enfrentamento ao racismo institucional e sistêmico do país.

Conclusões

Neste artigo objetivou-se proporcionar reflexão acerca da produção intelectual da e sobre as Maiorias Minorizadas no âmbito acadêmico, valorizando a experiência vivida e aprendida na disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, oportunizada pelo Decanato de Extensão da UNB. Buscou-se compreender como a entrada de um maior número de afrodescendentes no espaço elitizado da academia pode contribuir para a produção de uma palpável ecologia de saberes e pedagogias plurais neste relacionamento com o Outro. Nesse sentido, a investigação pôde ser caracterizada como de natureza qualitativa de caráter explicativo do processo em construção e a recepção destes “novos” atores no espaço incomum, produzindo conhecimento crítico e empoderado de si.

Por fim, consideramos que, ao trabalhar com pedagogias ativas e com epistemologias inclusivas e reveladoras da pluralidade de saberes da Maioria Minorizada, proporciona-se uma maior facilitação do acesso ao saber plural dos discentes envolvidos no

projeto, eliminando a exclusão acadêmica por não se reconhecerem nas abordagens lineares e verticalizadas das pedagógicas conservadoras. Produz-se um desencobrimento dos sujeitos rotulados como subalternizados. Compreende-se esta disciplina como a tal linha de fuga das desqualificações dos sujeitos negros apontados por Cornel West e Bell Hooks, ainda assim, percebe-se a necessidade da universidade institucionalizar o tema em seus mais diversos departamentos e internaliza-lo em reflexões e áreas inespecíficas, criando um ambiente sensível e naturalmente promotor do debate sobre as pluralidades do saber, que não só numa disciplina específica e localizada.

Referências

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011

CARDOSO, Lourenço. *Retrato do branco racista e anti-racista*. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>> , 2010.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Revista de estudos avançados*, Nº 17, 2003.

_____. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2005.

DEMO, Pedro. *Complexidade e Aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2011.

FANON, Frantz. *Pele Negra – Mascaras Brancas*. Bahia: EDUFBA, 2008.

_____. *Os condenados da terra*. Prefácio de Jean Paul Sartre. Trad. José laurenio de Melo. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GONZALES, Lélia. A categoria político cultural de Amefricanidade. *Revista TB*. Rio de Janeiro, 92/93: 47/68. Jan., Jun., 1988.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSFUGUEL, Ramón. The Structure of Knowledge in Westernized Universities Epistemic Racism/Sexism and the Four Genocides/Epistemicides of the Long 16th Century. *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, XI, Issue 1, Fall, 2013.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras*. Ano 3, 2º semestre, 1995.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Trad. Marta Lança. 1º ed. Lisboa, Antígona editores, 2017.

_____. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. 1º ed. Lisboa, Antígona editores, 2014.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Ática, Série Fundamentos, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. En: Edgardo Lander (ed.). *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO. 2000.

RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. 3º edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

SANTOS, S. Boaventura. *Pela Mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Epistemologias del Sur. *Utopia y Praxis Latinoamericana*. Año 16. Nº 54. (Julio-September, 2011). Pp. 17-39.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S, MENEZES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. 2 ed. Coimbra: CES, 2010.

_____. Descolonizar el saber, reinventar o poder. *Uruguay: Extensión Universidad de la república*; Ediciones Trilce, 2010(b).

SANTOS, Hamilton Richard A. F. *A revolução não será televisionada (!?)*. O caso comparado da TV pública no Brasil e na Argentina. Tese. Departamento de Estudos Latino Americanos. Universidade de Brasília, UnB, 2017.

_____. *Imagem e discurso: uma análise do programa Nova África da TV Brasil*. Dissertação. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2014.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (ed.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SERRES, Michel. *Polegarzinha*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

WEST, Cornel. *The Dilemma of the Black Intellectual*. *Critical Quarterly* 29 (4), 39-52, 1987.

Sobre os autores

Hamilton Richard Alexandrino Ferreira os Santos é doutor em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-americanos, ELA-UNB. Professor adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, IHAC e do Centro de Formação em Artes da Universidade Federal do Sul da Bahia, UFSB. Membro/pesquisador do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil (MeCACB), uma parceria do Departamento de Estudos sobre as Américas, ELA, da Universidade de Brasília, com The Migrations and Society Research Unit (URMIS) - Université Paris-Sorbonne. Também é membro do GT CLACSO Política y producción audiovisual en la era digital. Mestre em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. Ao longo de sua trajetória profissional trabalhou como repórter, apresentador, produtor e editor em empresas como TV Globo, TV Record, TV Band, TV Cultura, TV da Gente e TV Brasil, assim como articulista e colunista em mídia impressa como a revista Raça Brasil, Capricho, Notícias Populares, Hip Hop Cultura de Rua, Portal da UJS. Durante uma década comandou a DUBIG Produções, onde desenvolveu produtos audiovisuais que vão do vídeo clipe a documentários e programas de TV. Sempre com o pseudônimo Big Richard, nome artístico oriundo de sua atuação como artista/ativista multimídia ligado ao movimento Hip Hop internacional. É especialista em História e Cultura no Brasil pela Universidade Gama Filho-RJ e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Metodista de São Paulo. É membro da INTERCOM, Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares em comunicação.

Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos é professora adjunta nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Propedêutica Jurídica da Universidade Federal do Sul da Bahia. Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pelo Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/UnB). Especialista em Estado, Governo e Políticas Públicas pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia/Ministério Público da Bahia. Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil Seção Bahia desde 1994. Foi becária Romulo Gallegos e advogada especialista da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em Washington, DC, Oficial de Programa e Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Diretora de Cooperação Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gerente de Articulação Institucional junto ao PNUD e à Secretaria de Governo da Presidência da República. Atuou, como advogada de direitos humanos, por longos anos no Brasil e internacionalmente nas áreas de promoção da igualdade racial e proteção aos direitos humanos. Foi condecorada pela Casa dos Representantes e do Senado do Estado de South Caroline dos EUA pela dedicação pessoal e profissional para a proteção dos direitos humanos particularmente no tema racial. Na Universi-

dade de Brasília participou da gestão da Associação de Pós-Graduandos Ieda Delgado como diretora internacional. A trajetória profissional também propiciou a especialização na área da cooperação internacional para o desenvolvimento, particularmente a cooperação Sul-Sul. Na pesquisa e docência atua nos campos de Desenvolvimento, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Público Internacional, Política Internacional, Políticas Públicas, Cooperação Sul-Sul, Direito Constitucional, Pluralismo Jurídico, Estudos de Desenvolvimento sobre Guiné-Bissau e Estudos Étnico/Raciais, ministrando palestras e produzindo textos acadêmicos sobre os referidos temas. Participa da Rede Sul-Sul e é integrante do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil ? MECACB/CNPq do ELA/ICS/UnB.